

Por uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo

Eurico MENDES¹

Uma coisa a "campanha pelas reformas de base" do sr. João Goulart deixou bem clara: quando parte da burguesia deseja reformar a sua sociedade, ela tem de procurar o apoio da classe operária. Não procura meramente o "povo", aquela massa amorfa onde as fronteiras de classe não se delinearam ainda e que ela prefere, em princípio, pois é mais fácil de manobrar. Ela chamou mesmo o proletariado industrial, que surgiu nos comícios monstros em colunas por empresas, indústrias e sindicatos. Trata-se da classe social do País que dispõe de um mínimo de organização e de consciência para poder ser mobilizada contra as forças mais sinistras da reação.

É verdade que essa mobilização ainda se deu sob uma bandeira passada e estranha, a do getulismo, mas o conteúdo que as manifestações tomaram, deixaram claro que não foi a memória do fundador do Estado Novo que uniu as massas operárias em praça pública, mas sim as suas reivindicações atuais, que vão muito mais longe do que as pálidas e insinceras "reformas de base" prometidas.

Esse é outro aspecto que os comícios convocados pelo sr. João Goulart revelaram: as aspirações de reviver um movimento trabalhista em moldes estadonovistas estão condenados a fracasso, de antemão. No quarto de século que nos separa da fundação do Estado Novo formou-se um proletariado que não mais aceita uma política paternalista, tipo Vargas. Não foi somente a burguesia que cresceu. A classe operária tornou-se o outro polo da sociedade brasileira.

Significa isso que o proletariado não corre mais o perigo de tornar-se massa de manobra das classes dominantes ou de uma facção delas? Seria precipitação afirmar isso. Esse perigo — a prática o demonstra — certamente existe. As condições, todavia, são completamente diferentes. Em 1937 as forças bonapartistas, representadas pelo Presidente da República, podiam apelar diretamente para o proletariado e, inclusive, lançar essa geração nova de operários contra as esquerdas políticas e sindicais. Hoje as mesmas forças sociais só poderão mobilizar o proletariado, se elas contarem com o apoio, pelo menos tácito, das forças de esquerdas, no sentido mais amplo, como estão representadas no CGT, na UNE e nos organismos de massa. São essas as forças que movimentam a parte organizada do proletariado, a parte que fala nas atuais circunstâncias pela classe inteira.

Esse perigo se manifesta justamente no presente momento, em que novamente forças bonapartistas estão na ofensiva e ainda estão à procura dos métodos mais adequados para usar as massas trabalhadoras para os seus fins.

A NOVA AMEAÇA DA DITADURA

Que representam essas forças que ameaçam novamente o país com uma ditadura aberta?

As classes dominantes estão divididas. De um lado, temos a burguesia industrial, que tanto deve a Getúlio, que cresceu com Juscelino e que depois se entregou à fracassada experiência de Jânio. Hoje ela exige reformas políticas e sociais para sair da situação econômica e financeira desesperada, para afastar os obstáculos internos à sua futura expansão e para afastar o espectro da revolução que paira latentemente sobre a nossa sociedade subdesenvolvida. Seu ideal é uma sociedade burguesa nos padrões dos países industriais altamente desenvolvidos, que ofereça margem de lucros e uma estabilidade econômica e social. O obstáculo que ela enfrenta é a situação anacrônica no campo e condições desvantajosas no mercado mundial.

Do lado oposto, na coligação das classes dominantes, encontramos o latifúndio tradicional, ligado ao capital comercial e bancário e a toda uma escala de intermediários, que exploram o campo e estão interessados na conservação do *status-quo*. Seu ideal — na medida em que essa facção raciocina nesses termos — seria um regime conservador, sustentado pela força, como se realiza atualmente na Península Ibérica.

Os dois expoentes das duas facções, em virtude da posição real que tomam na política nacional, são Goulart e Lacerda. Goulart, por ter-se tornado, independente das razões, porta-voz das reformas. Lacerda, porque reúne em torno de si as forças conservadoras do país. Ambas as facções colaboram com o imperialismo, procurando a benção oficial do Departamento de Estado para seus fins políticos. Goulart concorda com a compra das concessionárias americanas e apela para o programa reformador-burguês da "Aliança para o Progresso". Lacerda apela simplesmente para os instintos anticomunistas

¹ "Eurico Mendes" foi um dos pseudônimos utilizado por Érico Sachs, também conhecido por "Ernesto Martins", dirigente e principal formulador político da ORM – Política Operária. Mais informações em http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101_Ernesto%20Martins.pdf

do capital norte-americano e destaca as finalidades abertamente contrarrevolucionárias da "Aliança". Ambas as facções se preparam para disputar o poder, romper o equilíbrio de forças dentro da coligação das classes dominante e reunificá-las sob o seu domínio.

Visto a longo prazo, Lacerda está na ofensiva. Sua influência cresceu continuamente, desde os dias de agosto de 1961, quando o seu reino parecia estar no fim. Os recursos materiais que obteve da renda do Estado, o auxílio político interno e externo permitiram-lhe satisfazer necessidades da burguesia do Estado da Guanabara. Em escala nacional, ele se tornou hoje porta-voz dos "coronéis" do campo, minando eficientemente as bases eleitorais dos partidos do Centro, como o PSD, sendo considerado na pior das hipóteses uma espécie de "reserva" pela grande indústria e o comércio, para o caso de a experiência reformista falhar ou tornar-se perigosa demais para as classes dominante.

No presente momento, Jango ainda está numa situação mais vantajosa, que lhe permite tomar iniciativa na disputa. Está com o poder federal na mão e isso é um fato que a burguesia respeita. Ele se consolidou, formando um forte dispositivo militar de sua confiança, que se dirige tanto contra as bases da direita conservadora, como contra os sargentos. Mas sabe que terá de agir, pois o tempo não o favorece. A única solução que ele conhece para enfrentar Lacerda e outros perigos que possam ameaçar o seu regime, é do governo forte, autoritário, que confia no papel tradicional do Exército na política nacional.

Uma coisa as duas facções têm em comum: ambas visam a soluções de força, visam a golpes, visam a restringir os precários direitos democráticos populares. Isso só reflete a situação objetiva da classe dominante, que, em vista da latente crise econômica e financeira, não vê outra saída senão baixar mais ainda o nível de vida das massas trabalhadoras e abafar o seu grito de revolta. Essa situação econômica objetiva determina, independentemente dos métodos recomendados pelas facções antagônicas, o caráter final do golpe. Mesmo iniciado sob um rótulo de esquerda, uma vez consolidado, ele terá de lançar-se contra o movimento operário e camponês e acabará desfaldando a gasta bandeira do anticomunismo.

QUAIS SÃO AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS?

Essa descrição da situação nacional não visa a dar um quadro fatalista do futuro. O que desejamos deixar claro, entretanto, é que a tendência para a ditadura, seja em sua forma bonapartista ou fascista, na política nacional tem a sua base material na situação objetiva da classe dominante. Essa tendência se imporá cada vez com força maior em toda crise que o país atravesse. O que é que a esquerda pode fazer para impedir que vença definitivamente?

A esquerda, na medida em que é marxista, tem de partir do ponto de vista de que, se a ameaça dos direitos democráticos restantes parte das classes dominantes, somente outro movimento de classe poderá a isso opor-se com perspectivas de êxito. Já existe hoje na sociedade brasileira essa classe capaz de defender os direitos democráticos: trata-se do proletariado industrial, que, juntamente com os trabalhadores do campo, representam hoje a força política potencialmente mais forte do país. O problema é mobilizá-los para essa luta. Um proletariado urbano, consciente do seu papel e unido pelos objetivos de luta comuns, está em condições de agrupar em torno de si a massa rebelada de camponeses, que começam a despertar para a luta social e política. Uma tal FRENTE ÚNICA DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO alteraria decisivamente as relações de forças políticas e enfrentará qualquer iniciativa de ditadura aberta das classes dominante.

O que impediu esse movimento de massas até agora? Foi antes de tudo a tradicional política das esquerdas brasileiras, que, em vez de organizar e unificar a classe operária preferiu em nome de uma fictícia "frente única com a burguesia nacional", atrelar parte do proletariado a uma das facções das classes dominantes, deixando a outra parte sob a influência direta de políticos burgueses e populistas. É justamente essa política reformista cega que permite a Jango o jogo e as manobras, com as quais ele prepara o golpe bonapartista.

A mobilização do proletariado, porém, só será possível em torno dos seus interesses de classe, isto é de classe explorada. Somente denunciando a política das classes dominantes, de todas as suas facções, da burguesia e do latifúndio, mediante uma luta pela defesa eficiente do nível de vida, isto é, contra a exploração do capitalismo nacional e imperialista, se despertará nas massas operárias a consciência do papel que elas já podem desempenhar nas lutas de classe. Somente um proletariado consciente e organizado como classe lutará eficientemente para a solução do problema agrário e levará os trabalhadores do campo a fazer sentir o seu peso na política nacional.

A Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo só se formará em oposição a todas as facções das classes dominantes. Surgindo como ação defensiva das massas trabalhadoras contra o crescimento da exploração e o agravamento da opressão política, ela, todavia, não poderá ficar no meio do caminho. Organizando as massas da cidade e do campo, isto é, a imensa maioria da população do país, mais dia menos dia, ela terá de colocar o problema do governo, ela quererá deixar de ser oposição. Ela terá

de lutar por um governo seu que, embora não seja socialista ainda, defenda de fato os interesses da maioria do povo e não de uma minoria privilegiada. Um GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO se encarregaria disso, realizando todas essas reformas e pondo em prática todas essas medidas anti-imperialistas, que os nossos demagogos burgueses prometem nas horas das campanhas eleitorais, mas a que a nossa burguesia não está disposta, nem é capaz de fazer. Trata-se de tarefas burguesas ainda, é verdade, pois esse governo atuará ainda dentro dos quadros de uma sociedade burguesa, mas ele só poderia realizar essas tarefas apoiando-se nas massas e na sua ação revolucionária, nos sindicatos, nos comitês de empresa e de bairros, sindicatos rurais e Ligas e demais órgãos de representação que surjam durante a luta. Tais representações populares teriam de encontrar-se num órgão central e nacional, num Congresso de Operários, Camponeses e de Estudantes, cujas deliberações teriam força de lei.

A ação mais imediata e mais importante de tal governo revolucionário será eliminar as premissas sociais e políticas para golpes reacionários e bonapartistas, que pesam tradicionalmente sobre a política nacional. Mas isso representa igualmente o primeiro passo real para a dissolução da Velha Sociedade — indispensável e inseparável da luta em torno de objetivos socialistas propriamente ditos.

(Publicado na Revista Política Operária nº 7, outubro de 1963.)